



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS

**SIGILO E ÉTICA NA ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE
DA FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO ÚNICO**

LAVRAS / MG

2023

GLIUCE APARECIDA PEREIRA SOUZA

**SIGILO E ÉTICA NA ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE
DA FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO ÚNICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário de Lavras como parte das exigências do Curso de Graduação em Enfermagem para obtenção do Título de Enfermeiro.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Mirelle Inácio Soares

**LAVRAS / MG
2023**

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento Técnico
da Biblioteca Central do UNILAVRAS

S729s Souza, Glauce Aparecida Pereira.
Sigilo e ética na óptica de profissionais da estratégia de saúde da família: estudo de caso único / Glauce Aparecida Pereira Souza. – Lavras: Unilavras, 2023.
59f.
Monografia (Graduação em Enfermagem) – Unilavras, Lavras, 2023.
Orientador: Prof.^a Mirelle Inácio Soares.
1. Centros de saúde. 2. Confidencialidade. 3. Ética. 4. Equipe de assistência. I. Soares, Mirelle Inácio (Orient.). II. Título.

GLIUCE APARECIDA PEREIRA

**SIGILO E ÉTICA NA ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA DE
SAÚDE DA FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO ÚNICO**

Monografia apresentado ao Centro
Universitário de Lavras como parte das
exigências do Curso de Graduação em
Enfermagem para obtenção do Título de
Enfermeiro.

APROVADO EM: 21 de outubro de 2023.



Profa. Dra. Mirelle Inácio Soares

ORIENTADORA



Profª Maª Estefânia Aparecida de Carvalho Pádua

PRESIDENTE DA BANCA

**LAVRAS / MG
2023**

Compartilhar é sem dúvida uma das mais nobres atitudes do ser humano, este é um dos motivos pelo qual tenho tanta admiração pelo professor, este profissional compartilha conhecimento, um bem valioso que nos enriquece abundantemente. Gratidão a meus ex-professores e ao brilhante corpo docente da graduação em enfermagem do Centro Universitário de Lavras aos quais dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Com lágrimas nos olhos escrevo este agradecimento, as mesmas lágrimas que derramaram durante todo o meu percurso acadêmico, sendo elas por cansaço, inseguranças ou dificuldades, hoje caem por gratidão, satisfação e extrema felicidade. Primeiramente, agradeço ao meu Criador e a seu Diviníssimo Filho Jesus Cristo, que traçaram meu destino e nele colocaram meu amor pela enfermagem, conduzindo e me sustentando até aqui.

Agradeço à minha amada Santa Rita de Cássia que conhecendo meu coração e meu desejo fervoroso de seguir este caminho, seguiu diante de mim abrindo portas, apresentando pessoas, me amparando e fazendo muito mais do que eu imaginava merecer.

Agradeço aos meus pais, Jaci e Maria Aparecida, vocês são meus exemplos de honestidade, humildade e força de vontade, muito obrigada por todo ensinamento, apoio e amor incondicional.

Agradeço ao meu companheiro de alma, Sued, palavras não são capazes de expressar tamanha gratidão por todo apoio, incentivo e companheirismo durante toda nossa trajetória e principalmente nos últimos anos em que coloquei minha formação em primeiro lugar, e assim se tornou seu sonho e sua meta junto com a minha.

Agradeço aos meus tesouros mais preciosos, Alice e Miguel, vocês são o combustível para minha alma e o maior motivo pelo qual tento ser melhor a cada dia. Muito obrigada por terem crescido e amadurecido tanto nesses cinco anos, obrigada por cuidarem de mim e estarem presente mesmo quando eu estive ausente.

Agradeço aos meus irmãos, Glayson, Glaucia e Breno, espero ser um pouco de cada um de vocês e motivo de orgulho, tanto quanto vocês são para mim. Aline Cristiane obrigada por acreditar em mim mais que eu mesma, tudo que estou vivenciando devo a você que foi o instrumento usado por Deus para me conduzir a vida acadêmica.

Agradeço ao corpo docente do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário de Lavras, não é mensurável o agradecimento por obter de vocês o bem mais precioso alcançado pelo ser humano, o conhecimento, e a sede de buscá-lo mais e mais. Serão sempre meus mestres queridos, a quem levarei no coração e na alma por toda minha vida.

Gratidão imensa e especial a minha orientadora, Professora Doutora Mirelle Inácio Soares, vou repetir sempre que foi Deus que lhe escolheu para me orientar, pois sem você eu não teria conseguido. Que Ele lhe conceda muita resiliência para continuar exercendo com maestria a arte de ensinar, orientar e conduzir, uma vez que sua competência lapida cada pedra que passar por você em diamante humano, seja por seu conhecimento, postura e humildade.

Por fim, se hoje eu pudesse falar da Gliuce de cinco anos passados, falaria para ela que nada do que ela sonhava ou imaginava seria suficientemente capaz de descrever tudo que viveu e aprendeu buscando seus sonhos. Deus é muito mais que perfeito do que se imagina e quando Ele faz, Faz por completo, nenhuma obra Dele termina pela metade. A Ele toda honra e toda glória.

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar. Josué 1:9

“É necessário cuidar da ética para não anestesiar a nossa consciência e começarmos a achar que tudo é normal”.

(Mario Sergio Cortella,2014)

RESUMO

Introdução: ética e sigilo fazem parte dos principais atributos exigidos aos profissionais da saúde, todavia percebe-se que corriqueiramente coexistem falhas posturais, ou seja, erros que colocam em dúvida a integridade de toda a equipe, uma vez que informações de cunho confidencial se propagam indevidamente gerando assim uma visão errônea de todos que trabalham no mesmo ambiente. Os profissionais da saúde conhecem os preceitos de ética e sigilo, assim como seus respectivos códigos de ética que se destinam a cada categoria, tendo também conhecimento de que infringir tais regras podem acarretar penalidades ou mesmo a cassação de seus registros profissionais. No entanto, não é incomum se ouvir fatos que demonstram a fragilidade da ética e do sigilo nos ambientes laborais e a violação do direito de confidencialidade dos pacientes. **Objetivo:** analisar a ética e o sigilo na óptica dos profissionais de saúde em uma Estratégia de Saúde da Família em um município no Sul de Minas Gerais. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, fundamentado no estudo de caso único. O cenário da investigação foi uma unidade de Estratégia de Saúde da Família situada em um município do Sul de Minas Gerais, onde foram convidados quinze profissionais atuantes na unidade referida. A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, utilizando gravadores digitais com o intuito de registrar os discursos dos participantes. Posteriormente a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas na íntegra, respeitando a fidedignidade dos discursos dos profissionais. **Resultados:** se viabilizaram a construção das seguintes categorias: Desvelando o significado da ética na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família; Sigilo profissional: um ato de humanização na assistência e Estratégias para o aprimoramento de condutas na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família. **Considerações finais:** compreende-se que o comportamento ético do trabalhador da Estratégia de Saúde da Família tem que estar de acordo com as leis que regem a instituição, como também estar conivente com a consciência individual e coletiva, onde todos os envolvidos devam buscar ações para o fortalecimento das políticas públicas, reivindicando os direitos de melhoria e assegurando a qualidade dos atendimentos.

Palavras-Chave: Centros de Saúde, Confidencialidade, Ética, Equipe de Assistência, Pacientes.

LISTA DE SIGLAS

APS	Atenção Primária à Saúde
ASC	Agentes Comunitários de Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNS	Resolução do Conselho Nacional de Saúde
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
ESF	Estratégia de Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Processo de Enfermagem
PNH	Política Nacional de Humanização
SAE	Sistematização da Assistência de Enfermagem
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNILAVRAS	Centro Universitário de Lavras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	11
2.1	Objetivo Geral	11
2.2	Objetivos Específicos	11
3	JUSTIFICATIVA	12
4	REVISÃO DA LITERATURA	13
4.1	Conceituando ética e sigilo.....	13
4.2	Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família	14
5	MÉTODO	18
5.1	Tipo de estudo	18
5.2	Cenário de pesquisa e estratégia de coleta de dados	18
5.3	Participantes do estudo.....	19
5.4	Coleta de dados	19
5.5	Análise de dados.....	20
6	CRITÉRIOS ÉTICOS	22
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
7.1	Desvelando o significado da ética na percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família.....	24
7.2	Sigilo profissional: um ato de humanização na assistência	29
7.3	Estratégias para o aprimoramento de condutas na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família	35
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICES	52
	APÊNDICE A – Questionário sociodemográfico.....	52
	APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados - Roteiro de questões norteadoras....	53
	ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética.....	56

1 INTRODUÇÃO

O interesse na temática da Ética descortinou-se antes de ingressar no Curso de Graduação em Enfermagem. Ao conhecer mais profundamente sobre o assunto, pude perceber o quanto predomina uma fragilidade em conceitos éticos em nosso meio profissional. Assim uma indagação se tal comportamento era fundamental em qualquer campo laboral, especialmente na área de saúde, visto que havia um contato direto com seres humanos fragilizados carentes de atenção, expostos em sua totalidade.

A definição da palavra ética vem sendo um grande desafio para as inúmeras literaturas, visto a dificuldade de interpretação semântica da palavra de origem grega sendo “ethos”, em que a maior parte dos autores a denominam como, “modo de ser” ou “caráter” enquanto forma de vida. Todavia o comportamento ético é fundamental para se viver em sociedade que também uma prática quase indispensável aos seres humanos (SILVA; PEREIRA, 2019).

Nesse contexto, a ética acompanhada do sigilo profissional, são posturas de suma importância em que várias profissões os trazem fundamentados em seus respectivos, códigos de ética, sendo as diversas áreas da saúde um dos campos mais frequentemente cobrados no que se refere a esta temática em seu exercício profissional.

Ressalta-se que o Ministério da Saúde lançou em 1994, o Programa de Saúde da família, modelo este direcionado a uma área delimitada da população, onde uma equipe multidisciplinar atua na reabilitação, na promoção, no tratamento e principalmente na prevenção, ou norteador para outros serviços de saúde sua população. O programa foi consolidado de forma tão plena, que passou a ser definido como estratégia, passando ser denominado como Estratégia de saúde da Família (ESF) (BRASIL, 2012).

A ESF é o local em que os profissionais e os pacientes estão mais próximos, a equipe multidisciplinar tem acesso não só a prontuários e consultas físicas nas unidades, como as casas e as vidas das pessoas que buscam estes serviços. No entanto, embora essa proximidade traga inúmeros benefícios para ambos, demanda grandes responsabilidades nos quesitos da ética e do sigilo profissional (VIDAL et al., 2014).

São múltiplos os profissionais que atendem na ESF, tais como o médico, o enfermeiro, o técnico e/ou auxiliar de enfermagem, agentes comunitários de saúde, dentre outros. Esses profissionais trabalham em prol de uma comunidade delimitada atuando na promoção e na prevenção da saúde, proporcionando o elo entre a comunidade todos os outros serviços de saúde pública. Desse modo, observa-se que a equipe da ESF está inserida diretamente na vida dos pacientes, exigindo dos colaboradores maior compromisso ético e moral (BRASIL, 2021).

Todavia, ainda que todos os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) trabalhem os princípios de integralidade, universalidade e equidade, o despreparo dos profissionais ainda é um dos aspectos que mais chama atenção nos serviços de saúde (JUNGES et al., 2015). Assim, este estudo apresenta o seguinte questionamento: O sigilo e a ética dos profissionais da ESF podem interferir no processo saúde dos pacientes?.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

➤ Analisar na óptica dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, o sigilo e a ética frente ao processo saúde-doença dos pacientes.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a percepção da equipe multiprofissional sobre o significado da ética;
- Analisar a percepção da equipe multiprofissional sobre o significado do sigilo;
- Elaborar estratégias éticas frente ao processo saúde-doença dos pacientes, a partir da percepção da equipe multiprofissional.

3 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que a saúde pública vai muito além da Atenção Primária, persistindo diversos serviços ofertados pelo SUS que abrangem todo e qualquer cidadão. Diante disso, a ESF ocupa um lugar privilegiado de comprovação efetiva das políticas públicas, sendo ela o vínculo mais forte entre comunidade e saúde. Sendo assim, o foco deixa de ser o indivíduo e passa ser o coletivo, destacando-se assim a relevância em evidenciar e tratar as questões éticas que afetam esses serviços e como as mesmas podem afetar os usuários (JUNGES; BARBIANI; ZOBOLI, 2018).

Desse modo, as ocorrências éticas no serviços de saúde geram grandes conflitos e impactam negativamente em todo o ambiente laboral, visto que uma assistência segura e livre de danos provocados por negligência, imprudência e imperícia é indispensável para um atendimento de qualidade aos pacientes. Nesse contexto, a ética e o sigilo devem ser princípios que regem os profissionais de saúde. Todavia, ainda que muitas falhas éticas são cometidas por equipes de saúde, são poucos os estudos que abordam a temática e buscam esclarecer o nó crítico que envolva tamanha deficiência (MATTOZINHO; FREITAS, 2021).

Frente a essa premissa, a ética e o sigilo profissional dizem respeito ao modo de como a equipe deve tratar as informações que lhes são confiadas durante o acolhimento ao paciente. Lembrando que diferente de outros serviços de saúde, nas ESF, não somente profissionais com ensino superior tem acesso aos prontuários, diagnósticos e relatos, como também agentes comunitários de saúde e outros colaboradores inseridos na equipe, que, por muita das vezes, não tiveram uma formação criteriosa para saber lidar com certas situações sigilosas (JUNGES et al., 2015).

Acerca da relevância desse assunto, torna-se imprescindível que todos os profissionais que compõe a ESF tenham conhecimento da importância de serem éticos, visto que muito se ouve falar a respeito de situações em que estes se mostram falhos, por isso a importância da aplicabilidade da ética e do sigilo nos profissionais na ESF.

Diante disso, esta pesquisa visa contribuir na identificação pela qual muitos profissionais se mostram carentes nos princípios éticos e legais, prejudicando assim os atendimentos, a boa qualificação da equipe e colocando em risco até mesmo seus registros profissionais junto a órgãos competentes, uma vez que disseminam informações sigilosas de terceiros, esta situação que infringe o código de ética da sua profissão.

4 REVISÃO DA LITERATURA

4.1 Conceituando ética e sigilo

A palavra ética aborda uma conotação de conduta ou modo de agir, visto que seu significado se apresenta bem amplo e é um desafio aos que procuram defini-la. Diante do exposto, ética é um termo constantemente estudado (SILVA; PEREIRA, 2019). A mesma origina-se do termo “Éthos que em Latim significa condução e traduzida em morada ou moradia e uso de costumes, de modo que não corresponde com o que entendemos nem por ética, tão pouco por moral” (SOUZA, 2015, pág.11).

Resgatando a história, é notório enfatizar que Aristóteles, um dos discípulos de Platão, viveu na Grécia entre os anos de 384 a.C. e 322 a.C, foi o primeiro filósofo a escrever tratados sobre ética no livro “A ética a Nicômaco”, em que uma carta escrita ao seu filho, ele fala sobre viver, como também sobre a felicidade de cada indivíduo ser uma realização própria. Assim, Aristóteles atrelava a ética como “um princípio vinculado a vida social, política, definindo que o alcance pleno destas relações traria vida satisfatória aos seres humanos” (CRISOSTOMO et al., 2018).

Grandes filósofos, escritores e pensadores já tentaram definir o que é a “ética”, o que se torna cada vez mais difícil encontrar uma definição exclusivamente deste termo. Uma das maneiras mais corretas de conceituá-la é entendendo que ela se trata de princípios, normas e valores que regem as condutas humanas. É importante também entender que esses conceitos não estão encerrados por completo (CRISOSTOMO et al., 2018).

Destarte, a ética é uma ciência humana que remete respeito, empatia e ordem. Um princípio que orienta a conduta das atitudes de cada pessoa na sociedade em que se habita (SILVA; PEREIRA, 2019). Nessa direção, a busca constante por valores, pela forma correta de agir e pela tomada de decisões que evitem conflitos morais, que não firam a ordem e a dignidade de uma sociedade, vem sendo discutido por pensadores ao longo dos tempos (CRISOSTOMO et al., 2018).

Desse modo, por maior que seja o dilema da definição legítima do termo ética, é imprescindível a sua aplicabilidade para se viver bem em sociedade e na atuação profissional, especialmente para profissionais que atuam diretamente com seres humanos. Destacando ainda que a confidencialidade é um dos princípios de maior relevância do princípio ético, uma vez que assegura o sigilo de informações de cunho pessoal (SALVADORI, 2019).

Acerca dessa premissa, destaca-se que o sigilo é um termo originado do latim

“sigillum”, que significa segredo ou selo, já no português sigilo é sinônimo de segredo ou confidencialidade. Frente a isso, os atributos sigilo, privacidade e confidencialidade estão atrelados ao modo correto de lidar com informações obtidas em campos laborais no exercício da função, sendo imprescindíveis como dever dos profissionais a não divulgação de informações que tenham tido acesso em seu exercício profissional (SILVA; PEREIRA, 2019). Se tratando de profissionais de qualquer área, cabe aos mesmos conhecer todos os requisitos para o bom funcionamento da instituição. Nos serviços de saúde sigilo trata-se de um preceito imprescindível, desde as práticas da instituição às informações relativas aos usuários. Analisando sigilo profissional em relação a ética percebe-se que se trata de algo complexo, que não é somente um preceito legal, mas sim a prática de um princípio básico para o convívio harmonioso (KRAEMER, 2009).

Assim, é notório enfatizar que no âmbito profissional ética e sigilo caminham enlaçados, sendo que um fundamenta os princípios do outro. Nesse contexto, guardar informações sigilosas está estabelecido em diversos dispositivos legais, tais como a Constituição Federal Brasileira, Código Civil e Penal, dentre outros. No entanto, referenciar esses dispositivos legais remete a dimensão do reconhecimento à confidencialidade como um direito do indivíduo e um dever do profissional (SAMPAIO, 2014).

4.2 Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família

Sabe-se que o ano de 1994 foi eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Família, o que fez com que o Sistema Único de Saúde (SUS) despertasse com um olhar criterioso para este público em especial, criando assim a ESF, sendo a família o eixo estrutural nos âmbitos de determinantes e condicionantes no que diz respeito a saúde da população (MARQUI et al., 2010).

Diante dessa premissa, a ESF foi criada para fortalecer o atendimento prestado pela Atenção Básica a nível municipal, com enfoque na qualidade de vida do indivíduo, da família e da comunidade, sendo seus princípios fundamentados nos princípios do SUS buscando a qualidade, a integralidade, a equidade e a participação social. Conforme Oliveira (2017), a equipe multiprofissional da ESF estabelece vínculos com seus clientes atendendo um determinado número de famílias em uma área delimitada.

No cotidiano de uma ESF são oferecidos diversos serviços prestados aos seus usuários, dentre eles, consultas médicas e de enfermagem, pré-natal, puericultura, saúde mental, saúde bucal, tratamentos, prevenção, promoção, visitas domiciliares e educação em saúde. No

entanto, destaca-se o acolhimento, sendo um elo fortíssimo que estreita o vínculo entre a equipe e a comunidade, entre os funcionários e os usuários, que oferece um cuidado holístico e integral, proporcionando um planejamento e uma organização no atendimento. Diante disso, o acolhimento se inicia no primeiro momento dentro da Estratégia quando o cliente é recepcionado e abordado por meio da fala, enfatizando que todos os profissionais da equipe que estiverem no exercício profissional estão aptos a este papel (JUNGES; BARBIANI; ZOBOLI, 2018).

Outra atividade imprescindível realizada pela equipe da ESF é a educação em saúde, sendo a mesma uma ferramenta aplicada para exaltar o autocuidado e a autoestima do indivíduo, da família e da comunidade, proporcionando conhecimentos e esclarecimentos acerca de assuntos que de alguma forma acometem a população, incentivando-a a ter mudanças de hábitos e estilos de vida a sua saúde e bem-estar. Entretanto, a prática em atividades de educação em saúde requer dos profissionais um olhar crítico e analítico da situação, uma vez que por meio desse instrumento se constrói a participação da população nos serviços de saúde (BRITO; SOUSA, 2021).

Elencando a oferta de trabalho da ESF, tem-se ainda a busca ativa, sendo essa uma ação de suma importância conjunta da equipe multiprofissional que significa ir de fato até os indivíduos de um determinado território, a procura de possíveis patologias assintomáticas ou descuidos com a saúde para levantar dados e buscar soluções para tais. Por meio desse serviço conseguem identificar, classificar e registrar dados epidemiológicos que auxiliam na descoberta sobre as principais carências e necessidades daquela população, sendo também uma importante ferramenta para aproximar o indivíduo e sua família ao serviço de saúde (LEMKE; SILVA, 2010).

Nessa perspectiva, de acordo com a Portaria N. 648/GM são atribuições do médico realizar consultas clínicas, prestar assistência integral, trabalhar no diagnóstico, prevenir agravos, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, bem como acompanhar e auxiliar o enfermeiro em atividades de educação em saúde, visitas, dentre outras (LOPES et al., 2020).

Já, o processo de trabalho do enfermeiro no âmbito da ESF ocupa um papel de suma relevância, uma vez que cabe a este profissional atribuições de gerenciamento, planejamento, educação em saúde individual e coletiva, prestar supervisão e assistência direta às famílias, trabalhar ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, oferecendo suporte e qualificação a toda equipe, entre outras tantas tarefas desempenhadas pelo enfermeiro (LOPES, 2020).

Diante dessas premissas, a Resolução N. 358/2009, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a

implementação do Processo de Enfermagem (PE), oferecendo ao enfermeiro a autonomia de prestar atendimentos e realizar as consultas de enfermagem em ambientes públicos e privados, em que acontece a assistência de enfermagem. Nessa direção, a consulta de enfermagem nas ESF trata-se da realização do PE no processo de trabalho do enfermeiro, em que é realizada em cinco etapas inter-relacionadas, dentre elas, coleta de dados de enfermagem ou histórico de enfermagem; diagnóstico de enfermagem; planejamento das ações de enfermagem, implementação das intervenções e avaliação de enfermagem (DANTAS, 2016).

Com isso, em relação as atividades dos técnicos e/ou auxiliares de enfermagem, estes profissionais atuam tanto no interior quanto no exterior da ESF, visto que na unidade auxiliam nos atendimentos técnicos e fora do ambiente atuam juntamente aos ACS, podendo realizar técnicas de menor complexibilidade em domicílio como curativos, dentre outros procedimentos (JUNQUEIRA, 2008).

Destaca-se também na ESF o processo de trabalho do odontólogo que é ofertar atendimentos clínicos da Atenção Básica Bucal, atendendo as urgências e pequenos procedimentos ambulatoriais, bem como encaminhar e prestar esclarecimentos aos usuários a buscar níveis mais complexos de atendimento quando necessário, contribuindo e auxiliando a equipe em ações de prevenção e educação em saúde bucal. Juntamente com o profissional odontólogo, está o técnico em saúde bucal, colaborando com as ações educativas e as orientações a saúde bucal em conjunto com os ACS, como também auxiliam na manutenção e conservação dos equipamentos de odontologia (JUNQUEIRA, 2008).

E, por fim, os ACS, que são o elo mais próximo entre comunidade e Unidade, visto que são eles que identificam cada indivíduo e suas famílias mediante cadastro e coleta de dados, mantendo a atualização dos mesmos na ESF. Assim, cabe a eles também a atuação juntamente às famílias desenvolvendo ações educativas, atividades de promoção de saúde e prevenção de doenças, realizam visitas domiciliares, sendo que por meio delas auxiliam o enfermeiro na identificação de riscos ou outros tipos de atenção da equipe, prestando esclarecimentos em relação aos serviços de saúde (NEPOMUCENO et al., 2021).

Diante desta premissa, observa-se que as equipes das ESF possuem total acesso as informações amplas e sigilosas de seus usuários, o que traz a percepção da relevância de se ter ética e sigilo neste campo de atuação. Por se tratar de uma equipe multiprofissional a troca de informações se torna inevitável, e precisam estabelecer limites para que não se ultrapasse a barreira ética e o direito de confidencialidade dos pacientes. Dessa forma, deve habitar entre a equipe respeito e comprometimento de como lidar com informações sigilosas e privadas desde o acolhimento e persistir durante toda a trajetória dos atendimentos, respeitando assim os

princípios éticos do respeito, da confidencialidade, à autonomia e a singularidade do sujeito e do tratamento adequado das informações (JUNGES et al., 2015).

Por conseguinte, faz-se de suma importância a proximidade entre a equipe e o cliente de uma ESF, uma vez que cada unidade atende um determinado território, cuja localização está ao redor da própria unidade. Diante disso, o vínculo estabelecido entre os usuários e os profissionais poderá confundir o profissionalismo da equipe, visto que a equipe multiprofissional está inserida intimamente nos domicílios, assim como os usuários estão na Estratégia, tornando-se difícil manter privacidade e respeito ético e legal (JUNGES, 2015).

5 MÉTODO

5.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, fundamentado no estudo de caso único.

O estudo descritivo requer do pesquisador inúmeras informações pelas quais deseja ser pesquisada, este estudo analisa, registra e interpreta. Com o objetivo de descrever os fatos, fenômenos da realidade vivenciada pelo pesquisador (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). O pesquisador para planejar um experimento, deve seguir a seguinte lógica de raciocínio: escolher entre os diversos tipos de pesquisa, aquela que se enquadra melhor nos seus objetivos e na população a ser estudada, bem como delinear corretamente o estudo para que os objetivos possam ser alcançados (FONTELLES, 2009).

Diante disso, a abordagem qualitativa não tem como meta expor números ou quantidades, mas sim, se preocupa em garantir a compreensão do grupo social, visando esclarecer o porquê dos fatos, de forma dinâmica, em que o pesquisador é o sujeito e o objeto de pesquisa. Dessa forma, as pesquisas são descritas com aspectos subjetivos, fundamentados em crenças, símbolos, valores e realidade social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nesse contexto, o presente estudo buscará apontar indicadores que motivam, esclareçam, e elucidam o processo de mudança, fundamentais na organização, entendendo as experiências e motivações inseridas no cotidiano. De tal modo, garante-se no estudo de caso único o entendimento de uma realidade dinâmica com resultados completos e não generalizados (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009).

Acerca da relevância deste assunto, elegeu-se a metodologia do estudo de caso único visto que é um método amplo, que permitirá o alcance dos objetivos propostos e o aprofundamento de conhecimentos de um determinado fenômeno, quando estes não são amplamente especificados. Diante disso, por meio de pesquisas busca-se esclarecer por meio de coletas de dados reais, explicar, explorar e descrever tais fenômenos propostos no âmbito da pesquisa (MARQUES et al., 2015).

5.2 Cenário de pesquisa e estratégia de coleta de dados

O cenário do estudo foi o campo de atuação da equipe de uma ESF, situada no município de Luminárias, Sul de Minas Gerais. O município possui uma população de 5.422 pessoas

segundo dados do último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 (IBGE, 2010).

A referida ESF busca oferecer uma assistência de qualidade e prevenção ao paciente e as famílias nela inserida, ofertando serviços de prevenção de doenças e agravos, promoção e recuperação da saúde. Assim, a referida Estratégia é composta por 15 profissionais, dentre eles: um médico, uma nutricionista, uma dentista, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, uma técnica em saúde bucal, uma recepcionista e oito agentes comunitários em saúde.

5.3 Participantes do estudo

Os participantes do estudo foram os integrantes da equipe multiprofissional da ESF referida. Assim, pretendeu-se trabalhar com todos os membros da equipe que estavam exercendo sua profissão, ou seja, os 15 profissionais.

Dessa forma, será realizado o contato prévio com a enfermeira responsável pela ESF para o agendamento do dia, local e horário adequados para a coleta de dados. Para adesão dos participantes, o convite será realizado tanto por via telefônica quanto pessoalmente, para que se possa explicar a importância da participação na investigação, bem como seus objetivos, garantindo o sigilo das informações e esclarecendo a relevância do assunto em pauta, com o intuito de trazer melhorias para a equipe e a qualidade da assistência aos usuários.

Critério de Inclusão:

Foram inclusos os profissionais da equipe multidisciplinar que estavam atuando na ESF no momento da pesquisa e que se dispuseram em participar da mesma por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Critérios de Exclusão:

Foram excluídos os profissionais da saúde que estavam afastados de suas atividades laborais (licença maternidade, férias ou afastamento por motivo de saúde), bem como aqueles que estavam atuando na ESF referida, em um período inferior a três meses (referente ao período de experiência).

Nessa direção, a adesão dos participantes a esta investigação foi parcial, visto que dos 15 profissionais atuantes na ESF, apenas 13 se enquadravam nos critérios de inclusão e exclusão. Diante disso, participaram 13 colaboradores nos mais diversos cargos da ESF.

5.4 Coleta de dados

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário de Lavras e assinatura do TCLE pelos participantes do estudo, a coleta de dados ocorreu no período de agosto de 2022 a outubro de 2022. Primeiramente foi aplicado um questionário sócio demográfico apresentando um roteiro com dados de formação e atuação profissional, tais como: sexo, idade e tempo de experiência profissional (APÊNDICE A).

A coleta de dados para a investigação foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, em conformidade com as normas de distanciamento social e equipamento de proteção individual recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), utilizando gravadores digitais com o intuito de registrar os discursos dos entrevistados.

As questões norteadoras definidas como fundamentais foram: (i) Qual o seu conhecimento acerca dos conceitos de ética e sigilo profissional? (ii) Para você ética e sigilo profissional são comportamentos iguais? (iii) Quais estratégias você proporia para melhorar a postura do profissional frente ao processo saúde-doença do paciente?

5.5 Análise de dados

Após a coleta de dados, as entrevistas realizadas com os participantes da equipe multiprofissional foram transcritas na íntegra, respeitando a fidedignidade dos depoimentos dos participantes. Ressalta-se que juntamente a coleta de dados, foi realizada de forma concomitante a análise dos dados, ou seja, posteriormente as entrevistas, as falas foram transcritas na íntegra, respeitando a fidedignidade dos discursos dos participantes.

Destarte, a análise dos dados foi feita por meio da análise temática indutiva, caracterizado pela busca de conclusões desenvolvidas, fundamentado na experiência do assunto em estudo (BRAUN; CLARKE, 2006).

Para Braun e Clarke (2006) as etapas da análise temática indutiva podem ser descritas, de modo que facilite a interpretação dos dados do estudo, sendo composto por três fases. A primeira fase é a observação dos fenômenos, marcada pela preparação, ou seja, o pesquisador busca organizar o tema para torná-lo operacional por meio da transcrição dos dados obtidos, pela leitura, para compreensão dos eixos relevantes que caracterizem os dados do objeto em estudo e que possam ser agrupados em temas potenciais. Nessa fase, também ocorre à seleção dos registros para análise e a elaboração de hipóteses e objetivos relevantes que irão estruturar a ideia central dos dados obtidos (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

A segunda fase é caracterizada pela descoberta da relação entre os fenômenos, e consistem na organização dos dados coletados por meio da codificação, classificação e a

categorização, possibilitando interpretações e inferências ao tema em estudo. Nessa etapa é realizada a revisão e nomeação dos temas oriundos do conjunto de dados coletados, com embasamento na literatura disponível (BRAUN; CLARKE, 2006; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Na terceira e última fase da análise, a generalização da realização é voltada para o tratamento dos resultados, sendo realizada a análise de trechos pertinentes da literatura, a relação existente entre eles e com as questões que norteiam a pesquisa e a literatura, produzindo assim, o relato acadêmico da análise da temática indutiva (BRAUN; CLARKE, 2006; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

Destaca-se que, para garantir o sigilo dos depoimentos do presente estudo, os participantes foram caracterizados como sua denominação de Profissionais (P) e enumerados com algarismos arábicos. Nessa diretiva, foram referenciados de P1 a P13.

6 CRITÉRIOS ÉTICOS

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos vinculados a Pró-reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de Lavras, sob protocolo CAAE n° 59440222.7.0000.5116, de forma que serão respeitadas as questões éticas que envolvem seres humanos, conforme preconizado pela Resolução Nacional de Saúde (CNS) 466/12 no Brasil.

Para a adesão dos participantes à pesquisa, os mesmos deverão preencher o TCLE que estará em duas vias, sendo uma do participante e outra do pesquisador, garantindo anonimato. Cabe ressaltar que o TCLE aplicado será o mesmo que foi analisado e aprovado pelo CEP.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando o objetivo desta investigação que é analisar na óptica dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, o sigilo e a ética frente ao processo saúde-doença dos pacientes, a pesquisa qualitativa por ser uma abordagem que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano, se encaixa no que foi proposto inicialmente.

Sendo os propósitos da pesquisa qualitativa os fenômenos que ocorrem em determinado local, tempo e cultura, a mesma aborda questões éticas, principalmente, devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados. Nesse contexto, Mairink, Gradim e Panobianco (2021) afirmam que a pesquisa qualitativa é um tipo de abordagem que compreende um conjunto de técnicas interpretativas com o intuito de expressar e traduzir o significado dos acontecimentos do mundo social por meio da verificação dos significados das relações humanas.

Por meio dos depoimentos dos colaboradores da equipe foram elencadas três grandes categorias, as quais foram intituladas: Desvelando o significado da ética na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família; Sigilo profissional: um ato de humanização na assistência e Estratégias para o aprimoramento de condutas na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família.

A primeira grande categoria intitulada “Desvelando o significado da ética na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família” elucida a visão dos profissionais acerca da ética e quão relevante o cumprimento da mesma faz-se presente no processo saúde-doença dos pacientes. Tal categoria enfatiza o entendimento da equipe e suas percepções a respeito do conceito da ética profissional e como os colaboradores associam a ética a suas respectivas funções.

A segunda grande categoria “Sigilo profissional: um ato de humanização na assistência” aborda o conhecimento da equipe em relação ao conceito do sigilo profissional, realçando a consciência dos profissionais sobre o direito do sigilo do paciente, que vai além de um dever, a fim de destacar a empatia com os dados obtidos no vínculo com os usuários da ESF.

E a terceira grande categoria “Estratégias para o aprimoramento de condutas na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família” abrange sugestões perante os participantes da pesquisa para o aperfeiçoamento de condutas que envolvem a ética e o sigilo na equipe, ressaltando a relevância da criação de estratégias a serem aplicadas no processo de trabalho para um ambiente mais humanizado entre paciente e profissional.

Em seguida, foi realizada uma prévia caracterização dos 13 participantes desta pesquisa, dentre estes, uma enfermeira, uma técnica de enfermagem, um médico, uma cirurgiã dentista,

uma técnica de saúde bucal, uma recepcionista e sete (53,84%) ACS. Vale ressaltar que predominou o sexo feminino (84,6%), com a idade variando entre 21 a 46 anos.

Quanto ao tempo de experiência profissional, os profissionais participantes apresentaram de seis meses a oito anos e cinco meses de carreira, destacando que quatro (30,76%) profissionais possuíam graduação, três (23,07%) profissionais possuíam apenas curso de nível técnico e seis (46,15%) desses, apenas ensino médio. O tempo de serviço na instituição variou entre seis meses e oito anos e cinco meses.

7.1 Desvelando o significado da ética na percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família

Compreende-se que a postura ética tem sido pauta de investigações e debates, principalmente no que tange ao âmbito da saúde, em que ocorrem violações pessoais com maior repercussão. O compartilhamento de informações sigilosas de pacientes entre a equipe ou até mesmo com outros pacientes é corriqueiro, sendo necessário orientações para que não ocorra, tanto para aqueles que possuem formação em seus currículos, quanto os que não tem.

ESF aborda um novo modo de trabalhar a saúde, centralizando a família e o meio onde vive, por meio de um olhar humanizado ampliando o cuidado integral a saúde da comunidade (LOPES et al., 2020). Diante do exposto, percebe-se o amplo contato entre a equipe de uma ESF e aqueles que buscam os seus serviços, o que aumenta a inquietude de que o estreitamento de vínculo possa ferir questões éticas, remetendo a preocupação de manter alerta a atenção dos profissionais acerca da ética profissional.

Desse modo, a ausência de estratégias e ferramentas para subsidiar os profissionais na resolução de problemas é outra questão recorrente que para solucioná-la, é necessário capacitação sistemática com foco em saberes, atitudes e práticas que fomentem a reflexão crítica sobre problemas éticos, de modo a tornar o profissional apto a detectar os conflitos presentes no cotidiano e, a partir dessa consciência, modificar sua prática assistencial. Esse processo de ensino requer grupos pequenos e conexão da teoria com a prática por meio do compartilhamento de experiências (DOURADO et al., 2020).

Na contemporaneidade, a sociedade se fundamenta na era dos direitos. Dessa forma, nos primórdios da medicina o paciente não tinha direitos, visto que o médico era a pessoa que possuía o conhecimento técnico, científico e moral. Todavia, essa situação retomou outro caminho, uma vez que o paciente possui o direito de informações esclarecidas e adequadas sobre seu estado de saúde, da escolha do tratamento que será submetido, como também ao

respeito a suas crenças e aos valores que regem sua vida (SGANZERLA; SIQUEIRA; TERI, 2022).

Frente a essa premissa, evidencia a magnitude de se agir com preceitos éticos em todo e qualquer serviço de saúde, seja diretamente com o paciente ou com suas informações e situações. Nessa direção, buscando compreender a visão dos profissionais de uma ESF a respeito de seus entendimentos e conhecimentos acerca de ética, foi possível observar que poucos conseguem definir o real significado desta palavra, entretanto, tem certo conhecimento do que se trata.

[...] Gera vários conceitos em torno dele [...] (P1);

[...] ética é você se tornar uma pessoa neutra com relação a critérios que envolvam o outro [...] (P4).

Levando em consideração os depoimentos dos participantes do estudo, observar-se que a ética é um tema que necessita ser abordado nas ESF, pois muitos que trabalham no local não tem conhecimento científico, visto que 46,15% dos entrevistados possuíam apenas ensino médio em seu currículo.

Assim, coaduna-se que no âmbito da ESF existem diversas funções, tais como organizar e orientar o modelo assistencial da Atenção Primária, buscando desenvolver seus trabalhos na compreensão das múltiplas demandas de seus indivíduos, atendendo famílias e comunidades que se encontram em diferentes contextos da sociedade. Face a isso, é papel da ESF ampliar e oferecer cuidado integral à saúde, com foco na pessoa, família e comunidade (FERRAZ, 2022).

Diante dessa premissa, é evidente o amplo acesso que os profissionais de uma ESF têm sob toda e qualquer situação que envolva seus clientes. Destacando que nesse serviço o contato da equipe com o paciente não se dá apenas no momento do atendimento para tratamento de suas patologias e queixas, como também está inserida nas casas das pessoas, assim como os usuários estão inseridos na Estratégia.

É notório enfatizar que muitos dos problemas envolvidos com a ética profissional, estão relacionados a estrutura física dos locais de atendimentos, visto que muitos não tem salas adequadas para que o atendimento seja eficaz, deixando os pacientes expostos e sem privacidade, incumbindo também aos profissionais de saúde que não tem um local apropriado para o trabalho. Diante das condições das unidades, a preocupação dos profissionais em preservar a privacidade física e moral dos usuários e famílias torna-se fonte de estresse. Constata-se, portanto, a necessidade de analisar periodicamente as instalações físicas das

instituições e adequá-las ao perfil da população adscrita e ao tipo de procedimento a ser realizado (DOURADO et al., 2020).

Nesse interim, considera-se a ética como uma ramificação das ciências humanas que parte da reflexão a respeito do bem e do mal, da ordem ou do caos, na qual orienta a conduta em valores que definem o comportamento do indivíduo na sociedade que está inserido (SILVA; PEREIRA, 2019). No entanto, pressupõe que a ética deve ser seguida por todos que almejam um convívio justo e harmônico, porém, nem sempre essa premissa é seguida com vigor.

Acerca da relevância desse assunto, é imprescindível enfatizar critérios éticos e condutas irrefutáveis que resultem em uma parceria profissional eficaz e um vínculo necessário para abordar e atender as particularidades de cada pessoa/família atendida pela equipe, o que foi evidenciado nos depoimentos dos participantes da pesquisa, em que se mostraram atentos e empáticos frente a informações obtidas no ambiente de trabalho.

[...] A partir do momento que você entra na casa do ser humano, do paciente, você tem que ser profissional, amigo, sigiloso, e ter a ética profissional [...] (P1);

[...] você tem de ser imparcial, ter bom senso e, ser uma pessoa de bom senso com relação a tudo que ocorre no seu meio de trabalho [...] (P4).

Diante desses apontamentos, é notório ressaltar que ao adentrar nas residências do paciente, o enfermeiro deve zelar pela ética profissional, ser amigável e manter sempre o sigilo profissional. Complementando, o participante P4 destaca a imparcialidade e o bom senso, abster-se de tomar partido ao julgar, ser um profissional sábio e preconizar a razão durante o ato de serviço.

Destarte, em um estudo realizado por Mattozinho e Freitas (2021) com uma equipe multiprofissional destaca que o maior número de ocorrências éticas foi transcorrido por profissionais de nível médio, na somatória de técnicos e auxiliares. Por esse motivo, torna-se imprescindível a relevância dessa temática nas ESF, uma vez que na APS a quantidade de profissionais com nível técnico é predominante, e muitos deles não têm acesso a disciplinas que abordam o conteúdo em pauta, relatado pelos profissionais da investigação:

[...] a ética acho que tem, é condutas, acho que gira em torno alguns valores, o que eu aprendi de ética, moral e sigilo, eu aprendi sozinha [...] (P2);

[...] não são todos que têm ética e sigilo. Eu acho que deveria ter mais [...] (P11).

Face a essa premissa, destaca-se que os participantes desta investigação possuem conhecimento do assunto diante do aprendizado de suas próprias experiências, enfatizando a

conduta como sendo a qualidade daquele que é ético, ou seja, o modo de agir e se portar perante situações, ficando evidente o despreparo teórico que os profissionais de saúde vêm tendo ao longo da carreira.

Ratifica-se que o discurso e as condutas bioéticas são fundamentais para nortear a assistência e os serviços de saúde, estando presentes em situações que abarcam do nascimento à morte do indivíduo. A bioética é identificada, portanto, como ferramenta imprescindível para a gestão em saúde, visto que, quando aplicada na assistência propriamente dita, possibilita atender às necessidades individuais de cada paciente, instruindo o direcionamento terapêutico de forma a evitar ou minimizar riscos e danos físicos, assim como conflitos éticos ou morais (SOUZA et al., 2021).

No entanto, questões éticas têm sido objeto de investigações e discussões, principalmente no que diz respeito aos serviços de saúde, em que se verificam constantes violações. Entre os problemas enfrentados pelos enfermeiros especificamente na ESF, destaca-se o compartilhamento de informações sigilosas de pacientes entre a equipe ou com outros pacientes. Essa situação viola preceitos éticos e constrange os envolvidos, prejudicando o vínculo estabelecido entre usuário e serviço de saúde (DOURADO et al., 2020).

[...]Porque não adianta você ter ética e não ter sigilo, desde o momento que você entra na casa do paciente, você está disposto a se dar e receber, então se ele teve a confiança de te falar, os dois têm de andar juntos, ética e sigilo [...] (P1).

Destarte, é notório ressaltar que para regulamentar a conduta do profissional de enfermagem, o Conselho Federal de Enfermagem preconizou a Resolução N. 564/2017, dispondo sobre o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, ofertando os direitos, as obrigações e os deveres de cada categoria da profissão (COFEN, 2017).

[...]a ética profissional é quando você tem aquela postura, você sabe guardar alguma coisa, o segredo do paciente [...] às vezes ele tem confiança para te passar [...] (P5).

Diante desse depoimento, constata-se que a ética para o participante P5 é resguardar o segredo do paciente, no qual este teve confiança em contar. Todavia, a ética profissional não equivale somente em coisas que o paciente explana, mas tudo que o profissional presencia durante a consulta, sendo obrigação do profissional manter sigilo.

Desse modo, vale destacar que na ESF, o dever do profissional de enfermagem e daqueles que atuam no setor de saúde, é ter conhecimento sobre o Código de Ética Profissional dando respaldo no que tange os direitos, os deveres, as proibições, as penalidades e as infrações

que se referem à conduta ética no âmbito laboral. Dessa forma, ratifica-se que a Resolução COFEN N. 564/2017 não se aplica somente aos enfermeiros, como também aos técnicos e auxiliares de enfermagem.

Por conseguinte, as organizações de saúde possuem a peculiaridade de lidar com a vida de pessoas, ainda que não possam ser consideradas organizações como as demais, elas são prestadoras de serviços, integram um setor da atividade econômica e incorporam algumas características como tais, havendo a necessidade da existência dos princípios éticos.

Sendo assim, a ética organizacional incita que os limites da individualidade sejam ultrapassados em prol da dimensão coletiva, na qual cada colaborador cerca-se de responsabilidade pela sua prática, fazendo com que cada um participe do processo de trabalho de forma autônoma e com o pertencimento da sua atividade (PARAIZO; BÉGIN, 2020). O que foi destacado pelo profissional P2, em que o mesmo enfatiza que as ações do profissional de saúde têm que estar de acordo com as condutas éticas da sociedade.

[...]Ações que você desenvolve que vai prejudicar algo, é, são valores também, condutas éticas que tem na sociedade, então, que você não pode de certa maneira infringir, tanto no serviço como no convívio também [...] (P2).

Corroborando, o participante P10 enfatizou o significado de ética pelo lado da equidade, explanando que ser ético é conviver com as pessoas com justiça, independentemente de sua qualidade moral.

[...] ética no caso, é você saber lidar com a pessoa e com o que ela tem, indiferente da qualidade de pessoa que ela é sendo justa. [...] (P10).

Nota-se que os entrevistados do estudo, possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre o código de ética de suas profissões, visto que a ética para eles é o que praticam ou deixam de praticar, não sendo errado essa questão em pauta, contudo, para um profissional da área de saúde, é importante o conhecimento acerca de seus códigos de ética e colocá-los em prática.

Nesse interim, situações relacionadas ao despreparo para trabalhar no serviço de saúde e o desafio de delimitar as responsabilidades e especificidades de cada profissional se apresentam com bastante frequência, agravando os demais problemas. Quanto à relação entre a equipe, o pouco companheirismo, a falta de respeito e a incipiência na comunicação e colaboração, são compreendidos como fonte dos problemas éticos, dificultando a organização das atividades e dos espaços de atuação (DOURADO et al., 2020).

Por conseguinte, enfatiza-se que cada profissão, grupo social e empresarial possuem um código a ser seguido a fim de nortear padrões e condutas, visando o bem-estar e a integridade física e intelectual dos indivíduos que destes ambientes fazem parte (SILVA; PEREIRA, 2019). Desse modo, faz-se necessário que as administrações públicas promovam cursos de aperfeiçoamento para as ESF a fim de clarificar os preceitos éticos, visto que não basta somente ser profissional, mas respeitar a dignidade do ser humano na sua integralidade.

7.2 Sigilo profissional: um ato de humanização na assistência

O exercício ético e legal dos profissionais da saúde tem origem precisamente na garantia da privacidade e da confidencialidade das informações dos pacientes, devendo manter o sigilo em quaisquer ocasiões que sejam respaldadas por lei. Dessa forma, é de suma importância manter segredo das informações em situações que demandam esse tipo de conduta, a fim de preservar a privacidade daqueles que buscam os serviços de saúde, remetendo a uma questão de humanização.

Nessa direção, colaboradores da área da saúde que conhecem o código de ética profissional se sentem mais aptos a tomar decisões autônomas e difíceis. Esse conhecimento está associado a postura ética, a escuta qualificada, a proteção do paciente, a compaixão e a empatia em relação às necessidades e cuidados de saúde dos indivíduos (SILVA et al., 2021).

O código de ética dos profissionais de enfermagem preconiza que deve manter segredo sobre algum fato sigiloso de que tenha conhecimento em razão de atividade profissional (COFEN, 2017). Dessa forma, assegurar o sigilo profissional é uma obrigação para todos os colaboradores que tiverem acesso aos dados pessoais dos pacientes durante o contato profissional. Isto é, não passar sequer informações para colegas de trabalho que não estejam envolvidos no cuidado ao usuário. Acerca dessa premissa, os participantes deste estudo relatam sobre o conceito de sigilo profissional, entendendo que as informações em relação aos pacientes não devem ser compartilhadas com terceiros, como também devem respeitar a privacidade das pessoas.

[...]o sigilo é uma coisa que você tem que ter a partir do momento que você pegou aquela profissão, você tem que ter respeito pelas pessoas. [...] (P1);

[...]Sigilo eu tenho em mente que seria não compartilhar informações, por exemplo, pessoal, é, pessoal seja do paciente no caso como eu trabalho aqui, pacientes são os usuários que eu atendo, sim, e aqui na unidade também em relação ao convívio com algum profissional [...] sigilo, como se diz, acho que não tem essa questão de valores e condutas. Mas é algo que, quando você está diante ao usuário, é você guardar aquelas informações para você e não compartilhar [...] (P2);

[...] sigilo é você ser uma pessoa, entender que quando você está escutando tanto de um usuário do serviço de saúde, você tem que ser uma pessoa criteriosa, entender que aquilo fica só entre o laço profissional [...] (P4).

Frente a esse depoimento, compreende-se que o sigilo profissional é parte complementar em todas as profissões na área da saúde. Contudo, o segredo profissional circunda além desses profissionais para os colaboradores de outras categorias que trabalham em instituições de saúde. Assim, cabe destacar que todas as informações fornecidas pelos pacientes atendidos em hospitais ou quaisquer unidades de saúde, bem como resultados de exames ou qualquer outro documento diagnóstico, são de posse dos usuários.

Ademais, é precípuo enfatizar que neste estudo, alguns profissionais até possuem o conhecimento do que venha a ser o sigilo, porém desconhecem as leis que respaldam a quebra do mesmo, o que pode é evidenciado na fala do P8:

[...]sigilo profissional é você guardar tudo que o paciente, é [...] todos os dados né? É de saúde, questão de saúde, a gente precisa sempre guardar, não podem ser compartilhadas com todas as pessoas da unidade, incluindo familiares né, o paciente ele tem direito ao sigilo, em relação aos seus familiares, então se ele não quiser comunicar, não quer que alguém da família saiba, a gente não pode expor esses dados, a questão de saúde, tudo que o paciente relatou para gente, tudo que está contido no seu prontuário não pode ser compartilhado [...] (P8).

Vale enfatizar que o SUS possui uma estrutura que serve de inspiração para muitos países. Segundo os seus princípios da universalidade, equidade e integralidade, todo cidadão tem direito à atenção no que diz respeito ao seu bem estar. Assim, por meio do SUS, toda a população nacional, independentemente de sua condição social, tem direito ao atendimento gratuito em instituições de saúde da rede pública ou complementar, em todo território nacional (princípio da universalidade), sendo cada um de acordo com suas necessidades (princípio da equidade). Nessa direção, coloca-se em consideração a totalidade do ser, não apenas a queixa de saúde apresentado no momento da consulta, mas incluindo também todo tipo de doenças e agravos independente da tal complexidade (princípio da integralidade) (SOMAVILLA, 2018).

Desse modo, é esperado que todas as atividades humanas produzam dados registrados e documentados por meio de fichas de atendimento, anamneses, receituários, atestados, evoluções, dentre outros. No entanto, é importante ressaltar que todos os dados contidos nesses e demais documentos da mesma categoria, constituem uma fonte de informação com possibilidades ilimitadas, sendo assegurado ao paciente o sigilo dessas fontes.

Destarte, os profissionais devem atuar com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais da sua ocupação laboral, exercendo suas atividades com competência

para a promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os princípios da ética e da bioética. Em acordo com a Resolução COFEN 564/2017, que trata dos princípios fundamentais, o profissional de Enfermagem atua com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, participando como integrantes da equipe de enfermagem e de saúde na defesa das Políticas Públicas com ênfase nas políticas de saúde que garantam a universalidade de acesso, a integralidade da assistência, a resolutividade, a preservação da autonomia das pessoas, a participação da comunidade, a hierarquização e a descentralização política-administrativa dos serviços de saúde (COFEN, 2017).

Coaduna-se que a divulgação de informações do prontuário do paciente pelos profissionais configura-se em quebra de sigilo. A carta de direitos dos usuários do SUS traz informações para que os clientes conheçam os seus direitos perante os atendimentos, seja ele no sistema público ou privado. Face a isso, um dos direitos dos usuários que podem ser garantidos em um projeto de humanização nos serviços de saúde destaca-se o direito à privacidade das informações (BRASIL, 2012).

No entanto, entende-se que a organização do trabalho na ESF facilita que as informações, mesmo que sigilosas, possam ser disseminadas, por isso, a capacitação e a educação continuada dos colaboradores devem estar presentes nas atividades cotidianas da equipe.

[...]eu sei que a maioria das coisas que eu vivencio, eu tento passar o máximo assim só para as pessoas que interessa, e não tipo, ficar comentando, falando, em sala mesmo falando que tal pessoa tem isso, tem aquilo, eu acredito assim que seja respeitar também [...] mas acho que é isso mesmo, é ficar só, tentar ajudar sem expor, sigilo não é para ser exposto para muitas pessoas [...] (P3).

Diante desse depoimento, o profissional P3 evidencia que o sigilo tem a ver com respeito, não expondo o paciente, também afirma que apenas passa informações para quem realmente interessa, ou seja, que pode ajudar de alguma forma em alguma situação. Em razão desse discurso, é necessário possuir o conhecimento de quando pode ou não revelar alguma informação confidencial do paciente, sendo necessário que o profissional conheça o código de ética, enfatizando que o dever do sigilo permanece, mesmo quando o fato seja de conhecimento público e em caso de falecimento da pessoa envolvida (COFEN, 2017).

Desse modo, fica claro que todo profissional de saúde deve manter sigilo sob qualquer informação a ele confiada, não podendo confidenciar nem mesmo para outros colegas de profissão sem o consentimento do paciente. Garantir a confidencialidade das informações é uma forma de humanizar o cuidado, além do mais, faz parte da responsabilidade profissional.

Face a essa reflexão, a política de informação e de comunicação do SUS é fundamentada na transparência. O usuário do sistema é também ator participante da atual gestão, ou seja, a descentralização do poder e a democratização da gestão são premissas básicas do sistema de saúde brasileiro. O grau de esclarecimento acerca do item saúde interfere no poder de cada participante da população nos processos decisórios. Dessa forma, o acesso à informação é crucial para o efetivo exercício do controle social. E, se por um lado, o cidadão tem direito a receber informações de seu interesse, por outro lado, o estado tem dever de não infringir as leis de sigilo, prestando contas de forma clara e objetiva a sociedade (SOMAVILLA, 2018).

Ratifica-se que a Resolução CNE/CES N. 3, de 7 de novembro de 2001, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, onde destaca que a formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício profissional, destacando a competência da comunicação, a fim de manter a confidencialidade das informações a ele confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral (BRASIL, 2001).

Dessa forma, a base de confiança que norteia a relação profissional-paciente é imposta pelo sigilo, em que a confidencialidade e o acato à privacidade constituem regras morais das profissões de saúde. Com isso, faz-se imprescindível o dever do sigilo como compromisso ético, visto que o mesmo ainda não é muito respeitado no cotidiano das unidades de saúde, uma vez que é comum conversas sobre as enfermidades dos pacientes que foram atendidos, bem como a falta de zelo com os prontuários, deixando-os à mostra e até mesmo a exposição dos pacientes em corredores, sem lugar adequado para serem atendidos. Levando em consideração o momento atual em que a população está vivendo, é imprescindível salientar sobre a questão midiática, que pode facilitar o acesso às informações, tanto como a propagação delas, tornando perigoso se não houver cuidado quanto ao sigilo e a ética profissional.

Frente a essas premissas, com o avanço tecnológico e o uso das mídias sociais, percebe-se a relevância da constante atualização sobre o tema, considerando que o sigilo médico é um dos princípios éticos mais importantes da profissão e primordial na relação médico-paciente. Diante dessa assertiva, destaca-se que o ensino bioético na graduação para a formação dos futuros profissionais, assim como a conscientização dos profissionais já formados, seja repassado de forma profícua e com base nas condutas éticas e morais, visando o bem de seus pacientes e da sociedade (LETTIERI et al., 2021).

Assim, vale enfatizar que o paciente ao expor seus segredos e sua intimidade ao profissional de saúde, o mesmo faz por necessidade de recorrer, talvez, a ajuda de um profissional em específico. O que é explanado nos depoimentos dos profissionais participantes

desta investigação, demonstrando que existem muitas informações no ambiente de trabalho que devem ser mantidas no confidencial.

[...]Em um serviço, principalmente o nosso da saúde, você não pode expor o caso do paciente, você tem de guardar para você, primeira coisa né? Você não pode é passar para frente, tem de guardar para você [...] (P5);

[...] tudo que a gente ouve no serviço em questão do paciente, tem que ser sigilo total, a gente nunca pode passar informação para terceiros sem ser família [...] (P6);

[...] quando você sabe uma informação e aquela informação deve ficar só entre você e o outro profissional, ou entre aquela equipe somente ali [...] (P13).

Na perspectiva do livro “Aspectos bioéticos da confidencialidade e privacidade”, de Francisconi e Goldim (1998), a manutenção do segredo está vinculada tanto à questão da privacidade quanto da confidencialidade. Em se tratando de privacidade, o profissional tem o dever de resguardar as informações que teve contato e preservar a imagem do paciente. Já a confidencialidade pressupõe que o usuário repasse as informações diretamente ao profissional, ficando este responsável pela preservação das mesmas.

No entanto, é preciso guardar sigilo todos os membros da equipe de saúde que tiverem acesso aos dados pessoais do paciente, evidenciando tanto para a área profissional quanto da pesquisa envolvendo seres humanos. Conforme determinação do artigo 88 e 90 do Novo Código de Ética Médica, cabe ressaltar que o prontuário é um documento pertencente ao paciente, sendo a unidade de atendimento apenas a guardiã, visto que nenhum outro profissional tem direito de manusear prontuários que não fazem parte de seus atendimentos, somente quando houver autorização do paciente. Cabe também ressaltar conforme o Conselho Federal de Medicina que, quando houver paciente incapaz, a decisão cabe a seus responsáveis legais (CFM, 2009).

Nesse contexto, a colocação ou não da Classificação Internacional de Doenças (CID) no atestado médico, tem levantado diversos debates sobre a ética médica. Em comum, todas as normas apontam que a divulgação da CID deve ocorrer por interesse do paciente, mediante sua autorização, visto que o médico tem a obrigação ética de avisar ao paciente sobre o que é e quais são os riscos do uso indevido desta informação, uma vez que o principal argumento para a não inserção da CID nos atestados é garantir a privacidade de dados dos pacientes (CFM, 2002).

Frente a essa premissa, a relação entre o médico e o paciente é estabelecida na confiança e a CID apenas deve ser inserida ao atestado médico quando o paciente permite a divulgação de seu diagnóstico. Além disso, o médico somente é dispensado do sigilo profissional quando

se trata de um exame realizado por peritos, ou quando há justa causa ou dever legal (CFM, 2002).

Acerca da relevância desse assunto, destaca por meio das falas dos profissionais P10 e P12 a necessidade de não disseminar informações privativas do paciente a pessoas ou profissionais que não estão a par do assunto:

[...] não passar para frente para pessoas indevidas [...] (P10);

[...]o que eu escuto fica ali, não passo para frente [...] (P12).

Desse modo, é notório que o paciente que expõe seus segredos e sua intimidade ao profissional, não o faz por escolha, mas, sobretudo por necessidade, tendo escolhido ou necessitado recorrer àquele(s) profissional(s) em específico, somente a ele(s) anseia revelar suas precisões naquele momento (VILLAS-BÔAS, 2015).

Face a esse apontamento, destaca-se que as bases acadêmicas exercem grande influência no conhecimento dos futuros profissionais de saúde acerca dos aspectos éticos e bioéticos no desenvolvimento das pesquisas e na prática assistencial. No entanto, na maioria das vezes, muitos confundem ou não sabem atribuir conceitos ou diferenciar princípios bioéticos, construindo ideias limitadas acerca destes (CARDOSO; GOMES; ROCHA, 2018).

Coaduna-se que na era da tecnologia da informação e da comunicação, a transmissão de dados está cada vez mais veloz e, ao mesmo tempo, mais vulnerável, uma vez que foge do controle humano. Nesse contexto, as informações por meio das redes de dados, das redes sociais e da internet acarretam uma ameaça a privacidade das pessoas. (LETTIERI et al., 2021).

Acerca dessa premissa, a divulgação de dados sobre a saúde de um paciente, faz com que pessoas que não estejam envolvidas no caso, formulem opiniões indevidas, levantando fatos que não originam de veracidade. Diante disso, é necessário sempre proteger os dados pessoais dos pacientes disponibilizados na internet, para que não afronte o direito à privacidade e ao sigilo.

Assim, cabe ressaltar que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) N. 13.709/18, se faz prudente ao tratar em sua íntegra da preservação de dados pessoais, com procedimentos necessários em plena era digital, em que os dados pessoais são tratados como valiosas mercadorias (BRASIL, 2018; ALMEIDA; SOARES, 2022). Dessa forma, complementando com o Parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM) 14/2017, a utilização de recursos tecnológicos é irreversível no atual cenário de evolução das relações humanas, trazendo

benefícios ao profissional médico na busca do melhor diagnóstico e do posterior prognóstico de pacientes e suas enfermidades (CFM, 2017).

Além disso, com o aplicativo *WhatsApp* e outros meios de comunicação, é possível criar grupos compostos exclusivamente por profissionais médicos, visando discutir os diversos casos clínicos. Todavia, para evitar demandas relacionadas à quebra de sigilo e à segurança das informações, assuntos médicos sigilosos não podem ser compartilhados em grupos de amigos de caráter informal, mesmo que compostos apenas por médicos. Ressalta-se, assim, a importância da troca de informações somente de caráter científico ou clínico (LETTIERI et al., 2021).

Consoante a essa assertiva, é precípua mencionar que no âmbito jurídico, o sigilo se associa aos direitos constitucionais da intimidade e da privacidade, reconhecidos como fundamentais no ordenamento pátrio, seguindo a linha dos direitos humanos no âmbito internacional e com repercussão na legislação infraconstitucional, inclusive os códigos deontológicos. As exceções ao dever de sigilo são específicas, consistindo, segundo as disposições éticas e legais, no risco de vida para si ou para outrem e nos casos legalmente estipulados, como as doenças de notificação compulsória e as suspeitas de maus-tratos contra incapazes ou pessoas particularmente vulneráveis (VILLAS-BÔAS, 2015).

Por conseguinte, ratifica-se o quão é importante a competência da comunicação nos serviços de saúde, destacando o profissional enfermeiro como protagonista da sua equipe, desenvolvendo um rol de atribuições com efetividade juntamente com as demais categorias profissionais (LOPES et al., 2020). Face a isso, é notório ressaltar o quanto é importante a formação continuada de todos os envolvidos, levando em consideração o avanço tecnológico, onde tudo fica mais vulnerável, redobrando a importância de garantir a ética e o sigilo profissional. Dessa forma, faz-se necessário a aplicação de estratégias para o aprimoramento das condutas dos profissionais dos serviços de saúde, a fim de aprimorar suas competências para minimizar os impasses advindos da postura laboral.

7.3 Estratégias para o aprimoramento de condutas na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família

Compreende-se que o profissional da área da saúde convive em seu cotidiano com diversas situações, sendo elas positivas ou negativas, sobressaindo o sofrimento e a dor, a perda do paciente, dentre outras. As dificuldades para lidar com esses impasses sempre vem à tona e o colaborador é obrigado a exercer a sua profissão com zelo e razão. Esse cuidado exige um ato

efetivo na relação profissional-cliente em que o elo deve ser respeitado de forma ética, mantendo condutas e profissionalismo. Dessa forma, a produção do cuidado exige dos profissionais que compõem as ESF, o compromisso com a atenção à saúde da população balizada pela escuta empática e qualificada, atendendo as necessidades subjetivas e objetivas dos usuários em seu contexto social (SANTOS; MISHIMA; MERHY, et al., 2018).

Nessa direção, ratifica-se que na conjuntura do SUS, a ESF integra-se como instrumento para a reorientação do modelo assistencial na APS, e para a reorganização do processo de trabalho dos profissionais por meio da atuação de uma equipe multiprofissional, cujo sentido da prática é proporcionar o cuidado integral e longitudinal à saúde das pessoas (BRASIL, 2017). Desse modo, os problemas éticos na APS, não se referem aos casos clássicos da bioética, cuja condução gira em torno de situações-limite; pelo contrário, são mais sutis e apresentam-se como circunstâncias comuns do cotidiano de trabalho relacionados à gestão dos serviços de saúde, às relações de profissionais entre si e com os usuários e ao próprio processo de trabalho na atenção básica (FERRAZ et al., 2021).

Cabe enfatizar que o aprimoramento de qualquer profissão faz-se de suma importância, no contexto dos profissionais da saúde, torna-se indispensável, sendo preciso constantemente obter um atendimento qualificado, mantendo-se informado e atualizado. Destarte, em se tratando do aprimoramento de condutas, é necessário que o profissional da saúde tenha conhecimento das leis que permeiam sua ocupação laboral, visto que o comportamento ético do colaborador deve estar alinhado com a consciência individual e coletiva (LOPES et al., 2020).

Frente a essas premissas, evidencia-se no depoimento do participante P1 desta investigação que ele entende da necessidade de palestras sobre a conduta profissional, visto que ajudaria a equipe ficar esclarecida sobre o assunto., como também ter um apoio psicológico de vez em quando para poder expor seus anseios e desejos para melhor prestar um atendimento ao paciente, família e comunidade.

[...]deve ter palestras, eu acho que deve ter algum psicólogo para conversar, não assim diariamente, mas uma vez a cada um mês [...] (P1).

Diante desse depoimento, é notório mencionar que no cotidiano da equipe multiprofissional da ESF existem situações complexas e significativas que os profissionais são muito expostos, sendo problemas éticos desafiadores com difícil condução, o que gera insegurança e dúvidas, podendo levar ao esgotamento profissional. Sendo assim, as questões

éticas que integram o cotidiano do cuidar na ESF necessitam ser vistas e revistas como parte integrante do processo de cuidado com o paciente.

Coaduna-se que o cuidado é o pilar para a enfermagem, ou seja, é a essência de suas práticas e o aspecto predominante que a distingue das demais profissões na área da saúde. Desse modo, a complexidade humana constitui-se para o enfermeiro um desafio, uma vez que suas demandas nunca cessam e nem poderão ser atendidas por completo (HUMEREZ et al, 2020).

Ademais, para atuar na saúde da família, o profissional precisa estar habilitado além de sua prática clínica, sendo necessário exatidão no que concerne as situações problemáticas que são acarretadas durante o período de trabalho. Face a isso, a relação entre os profissionais da equipe multidisciplinar e o paciente não deve se restringir somente ao tratamento da doença, mas sim desenvolver uma compreensão do indivíduo nas suas quatro dimensões, sendo elas, biopsicossocial e espiritual.

Diante disso, destaca-se a importância de possuir uma relação amistosa e respeitosa entre todos, uma vez que os problemas éticos entre a equipe de saúde com os usuários afetam diretamente todos os envolvidos nesse contexto. Dessa forma, é preciso pensar em uma maior articulação entre todos os envolvidos na promoção da saúde mental dos trabalhadores, buscando ações que reivindiquem o fortalecimento de políticas públicas que protejam a saúde de quem lida diariamente com a saúde do outro.

Frente a essa perspectiva, ações educativas sobre aspectos deontológicos no exercício profissional podem prevenir as ocorrências de caráter antiéticas a fim de evitar danos aos pacientes e prejuízos aos colaboradores e à instituição. Enfatiza-se ainda que, os profissionais de enfermagem, por estarem diariamente sujeitos às infrações e/ou ocorrências éticas, precisam se imbuir de conhecimentos acerca de preceitos bioéticos, éticos e legais presentes na legislação geral e no Código de Ética de Enfermagem, que norteiam a prática do cuidado (SILVA et al., 2018). O que é mencionado no discurso do participante P6, em que o mesmo enfatiza que a realização de palestras, bem como de cursos de capacitação, auxiliaria os profissionais de enfermagem na melhoria de suas condutas.

[...] palestras, mais cursos com capacitação para os profissionais e alguém para avaliar [...] (P6).

Outra estratégia fundamental que seria eficaz na realidade da ESF, consistiria nas condições e na estrutura do trabalho, que tendem a produzir ações mecânicas e naturalizadas de práticas e procedimentos profissionais cristalizados, direcionados pelo acúmulo de tarefas e pela produção de urgências. Assim, é precípuo evidenciar que o acúmulo de tarefas no mundo

do trabalho contemporâneo também tem sido causa e efeito da necessidade de infindáveis capacitações, visto que ainda persistem profissionais com déficit de conhecimentos (FIGUEIREDO et al., 2022).

Nesse interim, Silva et al. (2018) ressaltam que os profissionais de enfermagem precisam possuir, além do preparo técnico, um anseio para as atualizações em conhecimentos teóricos, assim como compromisso ético, a fim de evitar iatrogenias na práxis trabalhadora. Corroborando com essa premissa, Nora et al. (2022) enfatizam que a educação ética e sigilosa dos colaboradores deve ser aplicada já no início da graduação como requisito obrigatório para que os alunos possam aprimorar seus conhecimentos, habilidades e atitudes no que tange a sua postura profissional.

O que ficou destacado na fala do participante P2, quando menciona sobre o auxílio que deve ser dado aos profissionais de saúde, que não basta apenas cobrar dos colaboradores se eles não recebem aprimoramento. A educação continuada é de suma importância em qualquer profissão, visto que a área da saúde perpassa por várias atualizações constantes, ainda mais na era tecnológica que o profissional não pode ficar acomodado com o que aprendeu somente no passado.

[...]e tentar alguma educação continuada, né? Vê a opinião da equipe também, que muitas vezes não pergunta a equipe toda. Alguma educação continuada, trazer para gente situações exemplo, situação que quebra a ética, que quebra o sigilo e, trazer propostas de fazer diferente, postura [...] (P2).

Acerca do depoimento do participante P2, percebe-se que muitas das vezes existe uma ruptura no ambiente laboral, em que é necessário dar voz para toda a equipe da ESF, a fim de propor sugestões de melhorias no trabalho coletivo, visto que as profissões da área da saúde devem ter associações de classes específicas que procuram regular a prática trabalhadora, normatizando a atuação e defendendo seus direitos profissionais. Diante desse respaldo, os profissionais devem respeitar aos códigos de ética dos seus conselhos, observando suas condutas e as normas vigentes.

Nessa direção, em se tratando dos profissionais de enfermagem, em especial ao enfermeiro, no momento que ingressam na graduação, se preparam para prestar uma assistência segura e de qualidade na interação com os pacientes, os familiares e os membros da equipe de saúde. Essas relações por vezes se tornam muito complexas, em que problemas éticos costumam se aflorarem. Com isso, preparar enfermeiros eticamente competentes e que prestem cuidados de enfermagem seguros deve ser um preceito fundamental da educação em enfermagem (NORA et al., 2022).

Acerca da relevância desse assunto, o sigilo profissional deve estar atrelado à reflexão ética, assim como todos os profissionais que tenham acesso aos prontuários dos pacientes, devem ser responsáveis em resguardar as informações ali contidas, sendo necessário que a equipe da ESF esteja de acordo com as condutas éticas da instituição e da profissão. Desse modo, estratégias para o aprimoramento das condutas são ferramentas imprescindíveis para o aprimoramento da equipe, uma vez que o pensar em conjunto pode formar propostas para solucionar os problemas internos que venham ocorrer, o que ficou elucidado na fala do participante P13:

[...] Capacitações, educação continuada, divulgação, estudo de caso, trabalho em equipe [...] (P13).

Conforme elencado pelo participante P13, o quanto faz importante a realização de capacitações e de educação continuada, visto que podem ser meios para a resolução de problemas no desenvolvimento da equipe. Diante disso, Soares et al. (2020) enfatizam que o hospital é um ambiente que exige dos profissionais diversas competências, destacando a comunicação que se faz imprescindível no processo de trabalho do enfermeiro, desde o planejamento e a organização de suas tarefas até o relacionamento com a equipe de multiprofissional.

No entanto, é necessário que a instituição empregadora se conscientize e apoie seus colaboradores na busca constante pela educação permanente, bem como instrumentalizem para a melhoria de suas condutas, ética e sigilosa. Dessa forma, também vale mencionar a contribuição dos centros formadores em parceria com os serviços de saúde, a fim de propor estratégias de ensino-aprendizagem de modo a contribuir com o desenvolvimento dos profissionais quanto a sua postura e seu comportamento, sendo fundamental a melhoria da comunicação para que haja unificação das informações e compreensão dos profissionais sobre o seu processo de trabalho (SOARES et al., 2020).

Face a essas estratégias, muitas são as competências que se fazem necessárias ao enfermeiro no seu ambiente laboral, visto que este profissional precisa ser qualificado para atuar efetivamente na consolidação dos princípios do sistema de saúde vigente, sobretudo nas atividades gerenciais, assistenciais e educativas, que requerem a sistematização da assistência de enfermagem e o comprometimento com as necessidades individuais e coletivas. Sendo assim, o enfermeiro precisa estar em constante aprimoramento das suas competências comportamentais e técnicas com vistas a solidificação, a expansão e as transformações na sua práxis trabalhadora (LOPES et al., 2020).

Cabe mencionar que outra estratégia elencada para o aprimoramento das condutas na ESF foi colocar uma caixinha na recepção da unidade para que as pessoas pudessem colocar suas reclamações. Trata-se de uma tática pertinente porque assim poderão saber o que os pacientes percebem dos atendimentos, sendo uma forma de democratização, reafirmando o exercício da descentralização e da autonomia perante o depoimento do profissional P2.

[...] por uma caixinha ali para as pessoas pôr as reclamações [...] (P2).

Diante desse depoimento, coaduna-se que a Política Nacional de Humanização (PNH) reconhece claramente o princípio da democratização como um dos requisitos da humanização em saúde. A PNH preconiza a construção de uma gestão participativa que envolva colaboradores da saúde, gestores e usuários em um pacto de corresponsabilidade fundamentado em contratos e compromissos com o sistema de saúde. A argumentação sobre democratização e participação social incluso nas diretrizes da ESF e na PNH, destinam-se as questões de ordem política e ética (BRASIL, 2023).

Nesse contexto, os participantes desta investigação ressaltaram que a informação e a comunicação com a equipe são fatores relevantes para a resolução dos problemas, partindo do pressuposto que todos os membros da equipe participem das discussões com a condução de um profissional para norteá-los e capacitá-los a respeito do assunto. No entanto, por meio dos depoimentos evidencia-se que ainda persiste uma incipiência para um melhor entendimento sobre a ética e o sigilo profissional.

[...] ter uma pessoa para você ter uma direção para entender melhor, para saber como lidar diante das situações [...] (P3);

[...] Algumas reuniões, ser falado mais sobre isso, abordar mais. Lembrar as pessoas sobre a ética [...] (P7);

[...] palestras, mais informação, mais orientação, cobrança, estar sempre pondo a par a importância da ética e sigilo nas equipes [...] (P11).

Acerca desses apontamentos, é notório que o enfermeiro, como o protagonista da equipe na ESF, tem papel fundamental na formação ética e sigilosa de seus colaboradores, visto que este profissional tem a formação deste assunto desde quando ingressa no Curso de Graduação em Enfermagem. Desse modo, destaca-se que o colaborador agente comunitário de saúde não tem uma exigência de formação de ensino superior, visto que com a sua vinculação com a ESF, o Ministério da Saúde definiu atribuições específicas a este profissional, tais como, traduzir

para a equipe de saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites, além de promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 2001).

Frente a essas premissas, o enfermeiro torna-se o responsável pela capacitação e atualização de seus colaboradores na ESF, realizando educações continuadas, bem como o aprimoramento de condutas da equipe de saúde. Para tanto, o aperfeiçoamento do comportamento profissional deve ser iniciado tanto pela consciência individual quanto pela coletiva, pelo compromisso com a sociedade e em consonância com os preceitos éticos e legais.

Por conseguinte, para a formação do colaborador da área da saúde, é necessário que nos currículos, tanto de nível superior quanto de nível técnico, tratem sobre a conduta ética e sigilosa, perante os atendimentos, não bastando ensinar somente competências técnicas, mas sim competências individuais, visto que o cuidado humanizado inicia com a postura profissional. Portanto, a necessidade de atualização e de capacitação é vista como unânime entre os participantes deste estudo, onde conhecer e aplicar a ética na saúde se faz fundamental, visto que nos tempos atuais, os pacientes sentem a necessidade de contestar devido à grande circulação de informações que os rodeiam.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um movimento pendular de idas e vindas, indagações e questionamentos, cabe mencionar que neste estudo foi possível analisar, por meio da óptica dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, o sigilo e a ética frente ao processo saúde-doença dos pacientes. Desse modo, diante dos depoimentos dos profissionais participantes, foi possível a compreensão do cotidiano de trabalho frente a temática exposta.

Na primeira grande categoria intitulada “Desvelando o significado da ética na percepção dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família”, a direção dos depoimentos foram pendendo-se sobre a questão de valores e de postura a fatos ocorridos durante o processo de trabalho. Percebeu-se que os discursos elencados não possuíam um suporte teórico científico, fundamentando-se no achismo dos entrevistados.

Dessa forma, vale destacar que os profissionais precisam estar atentos as Leis que regem a sua profissão, para que respeite a relação profissional-paciente. Assim, percebe-se que existem muitos impasses quanto a formação dos profissionais da ESF, elegida como cenário deste estudo, visto que muitos são agentes comunitários de saúde e não possuem um embasamento científico sobre os assuntos. Frente a isso, é precípuo ressaltar ainda mais a possibilidade de incentivar a formação de cursos e o fornecimento de treinamentos no que tange ética e sigilo profissional.

Coaduna-se que a ética organizacional requer coletividade, em que todos participem de forma autônoma, mas em prol da equipe, que, de acordo com as entrevistas realizadas nesta investigação, um bom convívio é primordial para que o trabalho aconteça de forma satisfatória, enfatizando a justiça e a qualidade moral. Além disso, faz-se necessário que cada profissão siga seu código de ética a fim de nortear padrões e condutas, dado a importância desse fato, sendo necessário que na ESF implementem reciclagens internas de modo a clarificar os preceitos éticos de cada profissão.

Em se tratando da segunda grande categoria “Sigilo profissional: um ato de humanização na assistência”, salienta-se que é uma continuação da primeira grande categoria, visto que o desempenho ético dos profissionais se pauta precisamente na garantia da privacidade e da confidencialidade das informações dos pacientes. Evidenciando que o sigilo profissional deve ser mantido em quaisquer ocasiões, salvo aquelas que sejam respaldas por Lei.

Nessa direção, observou-se que ao serem levantados questionamentos sobre o sigilo aos entrevistados, mais uma vez foi mencionada uma incipiência de conhecimentos teórico-

científicos, faltando discernimento sobre as Leis que respaldam o sigilo no ambiente laboral. Nessa direção, ratifica-se a importância do conhecimento do código de ética profissional, para que os colaboradores se sintam aptos e preparados para tomarem decisões difíceis que podem surgir. Frente a esse contexto é esperado que todos os que estão envolvidos na área de saúde saibam assegurar o sigilo, visto que a área da saúde produz dados registrados e documentados, assim, se torna imprescindível a aplicação do exercício do sigilo.

Acrescido a isso, compreende que a divulgação de qualquer informação que seja do prontuário do paciente, configura-se em quebra de sigilo, acarretando penalidades. No entanto, a capacitação e a educação continuada dos colaboradores devem ser constantes nas atividades cotidianas da equipe, a fim de garantir a confidencialidade das informações, prestando um cuidado mais humanizado, uma vez que a base da confiança que rege a relação profissional-paciente é determinada pelo sigilo.

Por conseguinte, levando em consideração a atualidade frente ao fácil acesso às informações, bem como a propagação delas, fica mais evidente a constante atualização sobre a temática ética e sigilo profissional. De acordo com os resultados elencados neste estudo, perpassam muitas conversas desnecessárias no ambiente laboral, sendo que muitas delas, deveriam ser mantidas somente no confidencial.

Assim, em se tratando do prontuário do paciente, sabe-se que a unidade de atendimento é apenas a guardiã deste documento, e que este pertence ao paciente. Nessa direção, nenhum outro profissional tem o direito de manusear prontuários que não lhe cabe, tudo é questão de autorização apenas do paciente ou responsável. Além disso, a CID que se aplica ao atestado médico, somente é permitida a divulgação de seu diagnóstico quando autorizada pelo indivíduo que está recebendo o mesmo, sendo que o sigilo é dispensado em casos onde houver justa causa ou dever legal.

Frente a essas assertivas, ficou evidente durante as entrevistas que os participantes possuem algum conhecimento sobre a temática desta pesquisa, porém não souberam interpretar e explicar o que é sigilo entre paciente e profissional da saúde. Ademais, é inegável enfatizar que, durante os depoimentos dos entrevistados, o senso comum e o conceito popular de sigilo não eram suficientes para que os colaboradores pudessem interpretar situações mais complexas que poderiam ser vivenciadas por eles. Para tanto, seria necessário o conhecimento das Legislações vigentes.

Na terceira grande categoria intitulada “Estratégias para o aprimoramento de condutas na percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família” destacaram-se pontos imprescindíveis para uma qualificação profissional de qualidade, incluindo-se palestras,

formação continuada, reuniões e cursos. Diante dessas premissas, faz-se de suma importância que os gestores da ESF estejam atentos aos problemas internos, sendo necessário a implantação e implementação de estratégias que sejam aplicadas para subsidiar os profissionais nas resoluções de problemas e ajudá-los a solucionar de forma ética, para que possam estar aptos a detectarem conflitos na práxis profissional, de modo a modificar esse cenário.

Dessa forma, cabe evidenciar que, palestras, reuniões e cursos contribuem para o aprimoramento das funções, atualizando os colaboradores face as boas práticas que devem ser adotadas, aumentando o incentivo e a motivação, a fim de gerar resultados positivos em prol da organização. Além disso, esses tipos de eventos auxiliam os funcionários nos seus processo de trabalho, permitindo uma prática com habilidades mais seguras.

Somado a essas assertivas, compreende-se que comportamento ético do trabalhador da ESF tem que estar de acordo com as Leis que regem a instituição, estar conivente com a consciência individual e coletiva. Para um atendimento eficaz a equipe tem que estar em comum acordo, todos os envolvidos devem buscar ações para o fortalecimento das políticas públicas, reivindicando os direitos de melhoria e assegurando a qualidade dos atendimentos. Dessa forma, as ações educativas devem estar presentes, para o aprimoramento das condutas.

Em suma, é dever do governo, bem como dos gestores municipais, oferecerem subsídios que auxiliem a saúde da população de modo a qualificar seus profissionais, ofertando-lhes a oportunidade de uma educação continuada criteriosa e profícua, proporcionando apoio em quaisquer situações que possam surgir. Sendo assim, a tomada de decisão em prol da saúde do indivíduo será realizada com sucesso, bem como o resultado final será uma assistência humanizada pautada em profissionais capacitados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. C. D.; SOARES, T. A. Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no cenário digital. **Perspect. ciênc. inf.**, v. 27, n. 3, p. 26–45, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/tb9czy3W9RtzgbWWxHTXkCc/?lang=pt>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 3.ed., Brasília, 2012. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

_____. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei nº 13.709 de 14/08/2018, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de humanização - HumanizaSUS**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizasus>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 set. 2017, Seção 1, p. 68. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS)**. Brasília, 2001. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacs01.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, DF, p. 110, 2012. Disponível em: <<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Síndrome de Burnout**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. **Resolução CFM n.º 1.658/2002**, 20 de dezembro de 2002. Normatiza a emissão de atestados médicos e dá outras providências. Seção 1, p. 422. Disponível em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1658>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qual. Res. Psychol.**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2016. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRITO, A. F. S.; SOUSA, C. M. A educação em saúde no processo de trabalho dos profissionais da estratégia saúde da família: Um relato de experiência. **Rev. Ciênc. Plur.**, v. 7, n. 1, p. 224-234, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufm.br/rcp/article/view/21020/13731>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CARDOSO, P. K. B.; GOMES, A. V.; ROCHA, F. C. V. Ética e bioética em pesquisa: conhecimento de acadêmicos do curso de enfermagem. **Revista Uningá**, v. 55, n. 4, p. 209-219, 2018. Disponível em: <<https://revista.uninga.br/uninga/article/view/2068>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução COFEN nº. 564/2017**: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. 6 nov., 2017, Brasília. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html> Acesso em: 26 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CRM). **Código de ética médica**: resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2009 (versão de bolso) / Conselho Federal de Medicina – Brasília: Conselho Disponível em: [extension://efaidnbmnnnibpcajpcglefindmkaj/https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf](https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf). Acesso em: 02 abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CRM). Processo - Consulta CFM nº 50/2016 . **Parecer CFM nº 14/2017**. Brasília, DF, 27, abr. 2017. Disponibilizado em: <<https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/pareceres/BR/2017/14>>. Acesso em 29 mar. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 3/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 37. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CRISOSTOMO, A. L. et al. **Ética**. Grupo A, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024557/>. Acesso em: 09 nov. 2021.

DANTAS, C. N.; SANTOS, V. E. P.; TOURINHO, F. S. V. A consulta de enfermagem como tecnologia do cuidado à luz dos pensamentos de Bacon e Galimberti. **Texto Contexto Enferm.**, v. 25, n. 1, e2800014, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/VtXc5rmVKh3H7QYrCPVRB8d/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DOURADO, J. V. L., et al. Problemas éticos vivenciados por enfermeiros na Estratégia Saúde da Família. **Rev. Bioét.**, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/FC3wgg3B8frF4nnx3gV4k7w/?lang=pt>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FERRAZ, C. M. L. C.; CARAM, C. S.; BRITO, M. J. M. A ética da virtude na prática da equipe de saúde da família. **Acta Paul Enferm.**, v. 35, eAPE02831, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/BQd37nDBqzfyMPjXPQ9S5px/#>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

FIGUEIREDO, E. B. L. et al. Educação Permanente em Saúde: uma política interprofissional e afetiva. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 135, pp. 1164-1173, out.-dez. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/sRPvgtfL8KzJM7R8NsVsrnw/?lang=en>>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Rev. Para. Med**, v. 23, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0101-5907/2009/v23n3/a1967.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FRANCISCONI, C.F.; GOLDIM, J.R. Aspectos Bioéticos da Confidencialidade e Privacidade. In: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. **Iniciação à Bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. p.319.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil .UAB/UFRGS, Curso de Graduação Tecnológica. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

HUMEREZ, D. C.; OHL, R. I. B.; SILVA, M. C. N. Saúde mental dos profissionais de enfermagem do brasil no contexto da pandemia covid-19: ação do conselho federal de enfermagem. **Cogitare Enferm.**, v. 25, e74115, maio 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/74115>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

JUNGES, J. R. et al. Sigilo e privacidade das informações sobre usuário nas equipes de atenção básica à saúde: revisão. **Rev. Bioét.**, v. 23, n. 1 p. 200-206, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/PPXmgX7PYZtfWwYxMV8sSsv/?lang=pt>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

JUNGES, J. R.; BARBIANI, R.; ZOBOLI, E. L. C. P. Vulneração programática como categoria explicativa dos problemas éticos na atenção primária à saúde. **Trab educ saúde**. v. 16, n. 3, p. 935-953, set. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/mSZLgQWnhWb7VCtSmMTgd4k/#ModalArticles>>. Acesso em: 06 mar. 2023.

JUNQUEIRA, S. R. **Competências profissionais na estratégia Saúde da Família e o trabalho em equipe**. Módulo Político Gestor, 2008. Disponível em: <https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_9.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

KRAEMER, M. E. P. Ética, Sigilo e o Profissional Contábil. **Contab. Vista & Rev.** Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 33-48, 2009. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/175>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LEMKE, R.; SILVA, R. A busca ativa como princípio político das práticas de cuidado no território. **Estudos e Pesquisa em Psicologia, UERJ**, v. 10, n. 1, p. 281-295, 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a18.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LETTIERI, G. K., et al. Sigilo médico na era digital: análise da relação médico-paciente. **Rev. Bioét.**, v. 29, n. 4, p. 814–824, out./dez. 2021. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/2802/2792>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LOPES, O. C. A. et al. Competências dos enfermeiros na estratégia Saúde da Família. **Esc. Anna Nery**, v. 24, n. 2, e20190145, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/zB5Npy99wyPDGX4jXzdNDYp/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MAIRINK, A. P. A. R.; GRADIM, C. V. C.; PANOBIANCO, M. S. O uso da metodologia qualitativa da Teoria Fundamentada nos Dados na pesquisa em enfermagem. **Esc. Anna Nery**, v. 25, n. 3, e20200494, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/69WhCvMv4gKvMgfyr3WKzCQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 jan. 2023.

MARQUES, K. C. M. et al. Avaliação do Rigor Metodológico de Estudos de Caso em Contabilidade Gerencial. Publicados em Periódicos no Brasil. **R. Cont. Fin.**, v. 2, n. 67, p.27-42, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/98096/96927>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MARQUI, A. B. T. et al. Caracterização das equipes da Saúde da Família e de seu processo detrabalho. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 44, n. 4, p. 956-961, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/pHqBHKf7rKPzgztrqcD9tt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MATTOZINHO, F. C. B.; FREITAS, G. F. Tipos penais no exercício profissional de enfermagem: abordagem quantitativa. **Acta Paul. Enferm.**, v. 34, eAPE00221, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/cQwTH5tFvPfwQHxbHv7ftQd/>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **RAC**, Curitiba, v. 1, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <<https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/874/871>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

NEPOMUCENO, R. C. A. et al. O trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à luz da Teoria Comunidades de Prática. **Ciênc. saúde Coletiva**, v. 26, n. 5, p. 1637-1646, mai. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/WsgvDVG3gBmZz5Lyr6gNhcc/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

NORA, C. R. D, et al. Ética e segurança do paciente na formação em enfermagem. **Rev. Bioét.** v. 30, n. 3, jul. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/sqMWbFNKKqdGHkRGw6GrZZk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

PARAIZO, C. B.; BÉGIN, L. Ética organizacional em ambientes de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 25, n. 1, p. 251-259, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/CXLkdYzNzswNHxsfNHVsxwC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SALVADORI, M.; HAHN, G. V. Confidencialidade médica no cuidado ao paciente com HIV/aids. **Rev. Bioét.**, v. 27, n. 1, p. 153-163, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/KBgtFgrfLDC34KdxYHrxvhF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SANTOS, D. S.; MISHIMA, S. M.; MERHY, E. E. Processo de trabalho na Estratégia de Saúde da Família: potencialidades da subjetividade do cuidado para reconfiguração do modelo de atenção. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 861-870, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/s9bmJspgCcykVW6gddLytdG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SGANZERLA, A.; SIQUEIRA, J. E.; TERI R. G. Ética das virtudes aplicada à deontologia médica. **Rev. Bioét.**, v. 30, n. 3, p. 482-491, 2022. Disponível em: <https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/3259/2941>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, D. S.; PEREIRA, A. J. L. Ética Profissional do Contador: Uma Análise das Principais Alterações no Código de Ética. **Rev. Mult. Psic.**, v. 13, n. 48, p. 584-594, dez. 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2165/3464>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SILVA, L.S. et al. Segurança do profissional enfermeiro perante problemas éticos e bioéticos. **Rev Bioét.**, v.29, n.4, p.855-866, out./dez. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/gTZXPYpvS6PsVz5mYYt8PzF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SOARES, M. I. et al. Estratégias para o desenvolvimento da comunicação em um hospital de urgência e emergência. **Reme: Rev. Min. Enferm.**, Belo Horizonte , v. 24, e1308, 2020. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S141527622020000100234&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SOMAVILLA, R. **Arquivos médicos**: contexto de produção do conhecimento e exercício da cidadania. Santa Maria, RS: Edição do autor, 2018.

SOUZA, E. V. et al. Identificação de situações e condutas bioéticas na atuação profissional em saúde. **Rev. Bioét.**, v. 29, n. 1, p. 148-161, jan./mar. 2021. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/bioet/a/tbtFsWJtMY4QbXspXNdHwfJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

VIDAL S. V. et al. A bioética e o trabalho na estratégia saúde da família: uma proposta de educação. **Rev bras educ med.**, v. 38, n. 3, p. 372-380, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/kZxsK3YLQgnZH7rtVYXxjn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

VILLAS-BÔAS, M. E. O direito-dever de sigilo na proteção ao paciente. **Rev. Bioét.**, v. 23, n. 3, p. 513-523, set. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bioet/a/kFY5sjrzNCZYd3qVc5BLXDt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário sociodemográfico

Data da coleta: _____/_____/_____ Local da coleta de dados: _____

Caracterização dos profissionais quanto à formação e atuação profissional

- 1) Sexo: (____) Masculino (____) Feminino
- 2) Idade: _____
- 3) Tempo de experiência profissional: _____ anos
- 4) Formação profissional:
(____) Ensino Médio
(____) Graduação: Qual: _____
(____) Especialização: Qual: _____
(____) Mestrado: Qual: _____
(____) Doutorado: Qual: _____
(____) Pós-Doutorado: Qual: _____
- 5) Tempo de serviço na Estratégia de saúde da Família:
(____) anos e (____) meses
- 6) Qual o seu papel na equipe multidisciplinar?

APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados - Roteiro de questões norteadoras

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas individuais e terá como questões norteadoras definidas como fundamentais:

1. Qual é seu conhecimento acerca dos conceitos da ética e sigilo profissional?
2. Para você ética e sigilo profissional são comportamento siguais?
3. Quais estratégias você proporia para melhorar a postura profissional frente ao processo saúde doença do paciente?

Cabe ressaltar que, a partir das questões norteadoras elegidas para a realização da coleta de dados, as pesquisadoras elencarão outras indagações por meio das respostas dadas pelos participantes.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TCLE / Folha - 01

Título do Estudo: Sigilo e ética na óptica dos profissionais da estratégia de saúde da família: estudo de caso único.

Pesquisador(es) responsável(is): Mirelle Inácio Soares

Instituição/Departamento: Curso de Enfermagem

Endereço postal: Rua Padre José Poggel, 506 – Centenário, Lavras - MG, 37200-000

Endereço eletrônico: mirellesoares@unilavras.edu.br

Telefone pessoal para contato: (35) 98804-6111

Telefone institucional para contato: (35) 3826-4188

Local da coleta de dados: Unidade Básica de Saúde Padre José Jorge Nicolau

Prezado (a) Senhor (a):

- Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária.
- Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.
- Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar.
- Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.
- Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito, não acarretando qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Objetivo do estudo: Analisar na óptica dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, o sigilo e a ética frente ao processo saúde-doença dos pacientes.

Justificativa do estudo: esta pesquisa visa contribuir na identificação pela qual muitos profissionais se mostram carentes nos princípios éticos e legais, prejudicando assim os atendimentos, a boa qualificação da equipe e colocando em risco até mesmo seus registros profissionais junto a órgãos competentes, uma vez que disseminam informações sigilosas de terceiros, esta situação que infringe o código de ética da sua profissão.

Procedimentos. Sua participação nesta pesquisa consistirá no preenchimento deste questionário e do sociodemográfico e participando da entrevista individual, que será registrada por meio de gravadores digitais.

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. Sabe-se que muitos profissionais não se sentem à vontade para relatar suas dificuldades e facilidades relacionadas aos hábitos no ambiente laboral. Caso isso ocorra, a entrevista poderá ser interrompida sem que você sofra qualquer prejuízo pessoal ou profissional.

Sigilo. As informações e discurso fornecidos por você serão confidenciais e de conhecimento apenas dos pesquisadores responsáveis e seu nome não será identificado de forma alguma, mesmo após a divulgação dos resultados da pesquisa.

TCLE/ Folha – 02

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Sigilo e ética na óptica de profissionais da estratégia de saúde da família: estudo de caso único”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Lavras, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Orientador: _____

(Nome e CPF)

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

(Nome e CPF)

Sujeito da Pesquisa/Representante Legal: _____

(Nome e CPF)

Contato do CEP:

Rua Padre José Poggel, 506 – Centenário – Lavras/MG – 37.200-000

Telefax: (35) 3826-4188

ANEXO C – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SIGILO E ÉTICA NA ÓPTICA DE PROFISSIONAIS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO ÚNICO

Pesquisador: ██████████ S

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 59440222.7.0000.5116

Instituição Proponente: Fundação Educacional de Lavras-MG/Centro Universitário de Lavras -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.468.993

Apresentação do Projeto:

O presente projeto visa pesquisar sobre a questão da Ética e do Sigilo Profissional especificamente no programa de Estratégia de Saúde da Família. Por lidar com diversos profissionais que necessitam estar em constante contato para adequar suas ações e por ser atendimento direto com acesso total a muitos dados e situações de famílias, este projeto quer perceber a visão dos profissionais de saúde quanto a estes dois pontos : Ética e Sigilo profissional.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar na óptica dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família, o sigilo e a ética frente ao processo saúde-doença dos pacientes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto tem uma metodologia de trabalho e intervenção que não geram riscos efetivos e benefícios diretos, apenas indiretos como transcrito abaixo:

Riscos > Muitos profissionais se sentem desconfortáveis quando questionados sobre as suas dificuldades, falta de domínio ou impossibilidades de

Endereço: Campos do Centro Universitário de Lavras UNILAVRAS - Rua Padre José Poggel n° 506 Prédio A/1ºAndar
 Bairro: Centenário CEP: 37.203-593
 UF: MG Município: LAVRAS
 Telefone: (35)3826-4188 Fax: (35)3826-4188 E-mail: cep@unilavras.edu.br

Continuação do Parecer: 5.468.993

um ambiente laboral.

Benefícios > Os participantes poderão se beneficiar por meio desta pesquisa, uma vez que o assunto meterá a toda equipe uma constante vigília sobre suas ações em relação a diversas informações obtidas no exercício de suas funções, a fim de ofertar qualidade na assistência prestada ao usuário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante pois o tema é de destaque quando se trata de uma equipe multidisciplinar como a da Estratégia de Saúde da Família. Por lidar com muitos dados, com proximidade diferenciada às pessoas e acesso amplo à realidade das famílias, estes profissionais precisam ter um comportamento diferenciado quando se trata de ética e sigilo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória estão presentes e corretos.

Autorizações, TCLE, folha de rosto, critérios éticos corretos e bem descritos, questionários sem impedimento ético e que permitem o alcance do objetivo da pesquisa.

Recomendações:

Rever a ortografia para corrigir pouquíssimos erros de digitação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º466, de 2012, e na Norma Operacional n.º001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1949401.pdf	06/06/2022 15:30:12		Aceito
Outros	instrumentodecoletadedados.pdf	06/06/2022 15:29:15	[REDACTED] S	Aceito

Endereço: Campos do Centro Universitário de Lavras UNILAVRAS - Rua Padre José Poggel nº 506 Prédio A/1ºAndar
Bairro: Centenário CEP: 37.203-593
UF: MG Município: LAVRAS
Telefone: (35)3826-4188 Fax: (35)3826-4188 E-mail: cep@unilavras.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
LAVRAS - FUNDAÇÃO
EDUCACIONAL DE LAVRAS /
UNILAVRAS -MG



Continuação do Parecer: 5.468.993

Justificativa de Ausência	tole.pdf	06/08/2022 15:28:53	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaodainstituicao.pdf	06/08/2022 15:28:35	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	06/08/2022 15:28:09	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	06/08/2022 15:25:35	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	06/08/2022 15:24:55	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	06/08/2022 15:24:09	<input checked="" type="checkbox"/>	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAVRAS, 14 de Junho de 2022

Assinado por:

**Luciana Aparecida Gonçalves Oliveira
(Coordenador(a))**

Endereço: Campos do Centro Universitário de Lavras UNILAVRAS - Rua Padre José Poggel nº 506 Prédio A/1ºAndar
Bairro: Centenário CEP: 37.203-593
UF: MG Município: LAVRAS
Telefone: (35)3826-4188 Fax: (35)3826-4188 E-mail: cep@unilavras.edu.br